

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

**MARINÊS MATTER DE SOUZA**

**INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA:  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA**

**FLORIANÓPOLIS  
2016**

**MARINÊS MATTER DE SOUZA**

**INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA:  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Ma. Gisele de Mozzi

**FLORIANÓPOLIS**

**2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Marines Matter de  
Inclusão educacional de estudantes com deficiência:  
Práticas pedagógicas da educação física na escola / Marines  
Matter de Souza ; orientadora, Gisele de Mozzi -  
Florianópolis, SC, 2016.  
46 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.  
Curso de Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1. Ciências Humanas. 3. Estudantes com deficiência. 4.  
Práticas pedagógicas de Professores de Educação Física. 5.  
Inclusão Educacional na escola regular. I. , Gisele de  
Mozzi. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Gênero  
e Diversidade na Escola. III. Título.

MARINÊS MATTER DE SOUZA

**INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA:  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para  
obtenção do título de Especialista em  
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

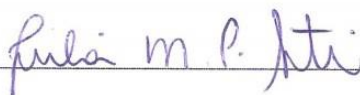


Olga Regina Zigelli Garcia

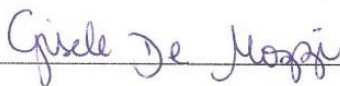
Banca Examinadora:



Daniel Machado da Conceição



Julia Mara Pegoraro Silvestrin



Gisele De Mozzi

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, quero agradecer a Deus, por ter me dado coragem e persistência nesta trajetória, que foi muitas vezes árdua e cansativa, mas também de oportunizar novas aprendizagens e novas amizades.

Agradeço aos meus familiares, em especial ao meu esposo, que sempre me incentivou e me apoiou nos momentos de dificuldades.

Aos que colaboraram com minha pesquisa, os professores e as professoras de Educação Física, com os/as quais realizei as entrevistas, pois sem eles/as o trabalho não poderia ser concluído.

À minha Orientadora, Gisele de Mozzi, que aceitou esse desafio de me orientar, que sempre atendeu os meus e-mails, esteve à disposição para troca de informações e muito contribuiu para a elaboração deste trabalho.

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação), e, em especial aos Professores e Tutores do GDE.

## RESUMO

Devido à necessidade de entender mais sobre a inclusão de estudantes com deficiência e as novas demandas e desafios que ela tem apresentado para a escola como um todo e, em particular para a Educação Física, o objetivo deste trabalho foi analisar as práticas pedagógicas de Professores/as de Educação Física que ministram aulas para estudantes com deficiência incluídos/as na escola regular. Para esse fim, foram entrevistados/as 4 professores/as de Educação Física que atuam em escolas de Porto Alegre. A pesquisa, de cunho qualitativo, teve como instrumento para coleta das informações uma entrevista semiestruturada e utilizou-se a análise de conteúdo categorial temática. Nessa perspectiva, os resultados indicaram que os/as educadores/as utilizam diferentes estratégias para promover a inclusão dos/as estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física, como planejar as aulas para que os/as alunos/as com deficiência possam realizar as mesmas tarefas que os/as alunos/as sem deficiência, mas nem sempre conseguem realizar práticas em conjunto. Para alguns/mas docentes, a prática tem muito significado, pois através dela aprendem a lidar com os obstáculos que surgem para a inclusão. Foi verificado que há diferentes níveis de formação profissional no que diz respeito à inclusão educacional de estudantes com deficiência. Quando se depararam com as dificuldades em lidar com a inclusão no ensino regular, os/as entrevistados/as buscaram qualificação por conta própria. Além disso, foi possível observar que eles/as têm diferentes concepções sobre o significado da inclusão, o que também pode ser observado na literatura, onde ainda não há um consenso, uma definição exata. Outro ponto importante a destacar, é que na Educação Física muitas vezes, acaba prevalecendo uma cultura desportiva e competitiva, e isso dificulta ainda mais a inclusão. Por fim, ressalta-se a importância das políticas de inclusão e do investimento em formações como formas de oferecer subsídios para orientar estes/as professores/as na promoção de uma educação inclusiva de qualidade.

**Palavras-chave:** Práticas pedagógicas. Inclusão educacional. Educação física. Pessoas com deficiência.

## ABSTRACT

Due to the need to understand more about the inclusion of disabled students and the new demands and challenges that it has showed the school as a whole and, especially to the Physical Education, the purpose of this study was to analyze the pedagogical practices Physical Education Teachers who teach classes to disabled students included in the regular school. For this, four Physical Education teachers who work in Porto Alegre schools were interviewed. The research, of qualitative character, had as instrument to collect the information a semi-structured interview and analysis of thematic categorical content was used. In this perspective, the results indicated that teachers use different strategies to promote the inclusion of disabled students in physical education classes, like planning the classes so that students with disabilities can do the same activities that the students without disabilities do, but they are not always able to work together. For some teachers, the practice has much meaning, because through it they learn to deal with the obstacles that arise for the inclusion. Regarding the training of these professionals it was verified that there are different levels of training concerning the educational inclusion of students with disability. When they have the difficulty to deal with the inclusion in regular education, the interviewees sought self-qualification. Besides that, it was possible to observe that they have different conceptions about the meaning of inclusion, which can also be observed in the literature, where there is not an agreement, an exact definition. Another important point to highlight is that in the Physical Education often prevails a sporting and competitive culture, and this hinders the inclusion even more. Finally, the importance of inclusion and investment policies is highlight training are as a way to offer subsidies to guide these teachers in promoting a good inclusive education.

**Keywords:** Pedagogical practices. Educational inclusion. Physical education. Disabled people.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	13
2.1 DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO .....	13
2.2 EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO.....	17
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	21
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO .....	21
3.2 PARTICIPANTES .....	21
3.3 COLETA DAS INFORMAÇÕES.....	21
3.4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES .....	22
3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	22
<b>4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	23
4.1 DOCENTES .....	23
4.2 O PONTO DE VISTA DA INCLUSÃO.....	24
4.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....	28
4.4 ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	31
4.5 INTERSECÇÕES ENTRE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA .....	34
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	40
<b>APÊNDICE – A: ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	44
<b>APÊNDICE – B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	45



## 1. INTRODUÇÃO

A Educação Física (EF) é uma disciplina que introduz e integra o/a aluno/a na cultura corporal de movimentos, e a suas práticas diante da inclusão de crianças e jovens com deficiência nas escolas regulares vêm sendo requisitadas para atender essa demanda. Portanto, a minha pesquisa abordou a inclusão educacional de crianças com deficiência nas aulas de EF.

A inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil vem se estabelecendo aos poucos e de modo contínuo. De acordo com Tenente (2016), o número de estudantes com deficiência nas escolas comuns aumentou seis vezes em 10 anos (entre 2005 e 2015, de acordo com o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP), e esse aumento pode estar relacionado com as políticas públicas, com as mudanças na legislação e na opinião da população sobre a inclusão. Esses dados, confirmam que estão acontecendo mudanças significativas, mas sabe-se que só o fato de haver um aumento no número de pessoas com deficiência nas escolas regulares, não significa que a inclusão está ocorrendo como esperado e essas crianças estão tendo uma educação de qualidade. Apenas inserir alunos/as com deficiência na escola não é suficiente para demonstrar que a inclusão está ocorrendo, visto que para a sua efetiva concretização são necessárias muitas mudanças que envolvem as escolas, os/as professores/as e a comunidade escolar.

Freire (2008) refere que a inclusão não é somente um movimento educacional, mas também social e político, que visa pelos direitos daqueles que são “diferentes”. O termo inclusão educacional compreende a inclusão de estudantes que frequentemente são excluídos da escola, seja pelas condições de gênero, classe, raça/etnia, deficiência, entre outros, entretanto este trabalho discorre exclusivamente sobre a inclusão educacional de crianças e jovens com deficiência. De acordo com a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), os Estados Partes devem assegurar o direito educacional inclusivo em todos os níveis, e para tanto, é necessário que a oferta do ensino não seja excludente, mas sim de qualidade, gratuita, com adaptações de acordo com as especificidades de cada estudante. A ideia de inclusão escolar é irrevogável e há um consenso sobre a importância e a necessidade da inclusão, portanto, professores/as<sup>1</sup> devem estar capacitados/as, a fim de contribuir para o exercício desses direitos.

---

<sup>1</sup> Ao longo do trabalho utilizei palavras no feminino, para demarcarmos nossa posição enquanto política pública, visto que esse curso tem um viés Feminista.

Levy e Faction (2008), destacam que os pressupostos da inclusão devem estar consonantes com as diferenças sociais, econômicas e políticas de cada sociedade. Além disso, salientam que os/as professores/as devem ser considerados/as como uma peça principal nesse movimento, visto que é através deles/as, das suas ações educativas, que a inclusão pode ser concretizada. Ao discutir a inclusão na EF no âmbito escolar, é possível constatar que surgem variadas demandas aos/às professores/as, que conseqüentemente requerem conhecimento e metodologia para realizar as intervenções necessárias (FIORINI; MANZINI, 2014), pois há estudantes com diferentes deficiências, cada qual com suas limitações e capacidades, juntamente com alunos/as sem deficiência, que também possuem singularidades e necessidades específicas no que concerne à educação física.

As diferenças não podem significar antagonismos ou exclusão, mas sim, a possibilidade de busca por soluções de problemas vistos de ângulos diferentes. E a ideia de uma Educação Física para todos/as está implícita, na medida em que a proposta de ensino consiga contemplar questões como pluralidade cultural, cidadania, atenção à diversidade, capacidades e competências, deficiência física entre outros (SEABRA JÚNIOR, 2006). Para Cidade e Freitas (1997, p.2):

A Educação Física na escola se constitui como uma grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo.

Teixeira e Zingano (2015) apontam que quando as aulas de EF são bem estruturadas, oportunizam aos/às estudantes com ou sem deficiência uma maior compreensão de suas limitações e capacidades. Também auxiliam na busca de uma melhor adaptação e na descoberta de novas possibilidades de movimento, favorecendo o conhecimento do próprio corpo, suas limitações e potencialidades.

Para que haja a promoção de uma educação inclusiva das diferenças e promotora do desenvolvimento de todos os sujeitos, é necessário romper com algumas barreiras que obstaculizam a inclusão. Barreiras estas que limitem ou impeçam a participação social das pessoas com deficiência, bem como o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. De acordo com Gesser e Nuernberg (2016) e Brasil (2015) essas barreiras podem ser classificadas em:

- barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados, nas calçadas, ou seja, qualquer obstáculo que possa dificultar a locomoção e o acesso aos ambientes. Pode-se citar como exemplo calçadas com desníveis (dificultando a circulação de pedestres), edifícios sem elevadores, acesso sem rampas, calçadas esburacadas etc.;
- barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes, como ônibus não adaptado;
- barreiras nas comunicações e na informação: qualquer obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação. Os obstáculos comunicacionais se referem à não adequação de códigos e sinais às necessidades específicas das pessoas com deficiência, como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e o Braile;
- barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. Estas barreiras fundamentam-se em preconceitos e estereótipos que produzem a discriminação e a exclusão;
- barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias, como a incompatibilidade de sites com os softwares de leitura de tela, utilizados principalmente por pessoas com deficiência visual;
- barreiras metodológicas e pedagógicas: referem-se às barreiras nas formas de organização do espaço pedagógico, abrangendo formas de ensino e avaliação. Algumas destas práticas podem ser atribuídas aos/às professores/as, assim como a atenção às diferenças na condução das atividades e na coordenação das trocas sociais em sala de aula.

Cabe destacar que a inclusão não é exclusivamente papel da escola, mas também é dever do Estado, da família e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência. Diante disso, vale ressaltar que recentemente novas leis foram elaboradas reiterando os compromissos já assumidos pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008) e outros documentos legislativos com a inclusão na escola como direito de todas as crianças e adolescentes. Como, por exemplo, a Lei Bra-

sileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) que proíbe que escolas particulares recusem matrículas e cobrem valores adicionais nas mensalidades de estudantes com deficiência (BRASIL, 2015).

Devido à necessidade de entender mais sobre a inclusão educacional de estudantes com deficiência, especialmente na área da Educação Física, e as novas demandas e desafios que a inclusão tem apresentado para a escola como um todo e em particular para a EF, vejo então a importância de investigar práticas pedagógicas de professores/as que têm estudantes com deficiência em suas turmas. Por práticas pedagógicas entendem-se as práticas intencionais de ensino e aprendizagem (VERDUM, 2013) que subsidiam as intervenções que o/a professor/a utiliza para promover as aulas. O significado dessas intervenções, depende de como o/a educador/a se apropria dos conteúdos, quais os seus principais objetivos, a fundamentação teórica que utiliza, enfim vai desde o planejamento, da prática e da reflexão. Betti (2005) define prática pedagógica como uma dinâmica comunicativa, cheia de intencionalidade e valores, na qual interagem o/a professor/a e o/a aluno/a, com as diferentes possibilidades da cultura corporal de movimentos, podendo ser através da linguagem corporal, verbal, entre outras. Verdum (2013, p. 103) aponta que “o conceito de prática pedagógica ainda permanece muito arraigado à ideia de transmissão do conhecimento, à competência instrumental”. Para a autora, as questões metodológicas e técnicas são importantes, entretanto, as práticas pedagógicas precisam ir além destes aspectos para incluir a possibilidade de reflexão crítica e do estabelecimento de uma relação diferenciada com o conhecimento e com a sociedade. Para tanto, faz-se necessário compreender a construção do conhecimento como um processo realizado na interação entre professores/as e alunos/as, como também citado por Betti (2005).

Além disso, o que contribuiu para realização desta pesquisa, foi a formação nessa área e a pouca experiência com esse público. Esta pesquisa também teve a intenção de colaborar e promover estudos acadêmicos que possam ajudar outros/as profissionais que trabalham ou que futuramente possam vir a trabalhar no âmbito escolar e que, provavelmente, vão se deparar com as demandas e desafios suscitados pela inclusão educacional.

Atualmente, apesar da temática da inclusão estar em maior evidência, ainda temos muito o que nos apropriarmos. E diante desta nova demanda, o objetivo geral do trabalho é analisar as práticas pedagógicas de Professores/as de Educação Física que atuam com estudantes com deficiência na escola regular. E os objetivos específicos: identificar os aspectos facilitadores e entraves para a atuação dos/as profissionais de Educação Física

com a inclusão educacional de estudantes com deficiência; conhecer as diferentes estratégias utilizadas por estes/as professores/as que objetivam a inclusão; e verificar quais programas de formação compõem a trajetória dos/as participantes da pesquisa, voltados para o preparo dos/as profissionais que trabalham com a inclusão educacional de alunos/as com deficiência.

Abordaremos, em nosso referencial teórico, alguns temas que orientaram esta pesquisa, estabelecendo correlações entre Deficiência e Inclusão, e Educação Física e Inclusão. Na sequência, serão apresentados os procedimentos metodológicos que compuseram a pesquisa, a apresentação e discussão dos resultados, que contempla uma breve descrição sobre os/as participantes da pesquisa e as categorias temáticas de análise das entrevistas. Por fim, é apresentada a conclusão, seguida das referências bibliográficas e dos apêndices.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO

Há diferentes definições de deficiência na literatura, e segundo a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência<sup>2</sup> (2008, p.28):

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

De acordo com o Relatório Mundial sobre a Deficiência (2011) houve uma transição de algumas políticas que mediarão o modo como a sociedade se relacionou com as pessoas com deficiência. O campo de Estudos sobre Deficiência (*Disability Studies*) descreve a alteração de um “modelo médico” para um “modelo social” onde as pessoas passaram a serem vistas como deficientes pela sociedade que não acolhe a diversidade corporal e funcional e não devido a seus corpos, exclusivamente. No modelo “médico” havia uma associação da deficiência com uma doença e a preocupação na correção do corpo. No modelo “social”, a deficiência não é considerada uma enfermidade que necessita de tratamento, deixa de ser entendida como uma área exclusiva da medicina. Portanto, esse modelo passa a ser uma importante ferramenta para vencer as barreiras sociais que bloqueiam a participação das pessoas com deficiência na sociedade (GESSER; NUERNBERG, 2016).

Apesar desta transição histórica de um modelo para o outro, não há uma substituição completa, ambos coexistem atualmente, atravessando formas de compreender e intervir nas questões referentes à deficiência. Sobre as práticas sociais em relação a pessoas com deficiência, Sasaki (2007) salienta que houve quatro eras: a exclusão (antiguidade até o início do século 20), a segregação (décadas de 20 a 40), a integração (décadas de 50 a 80) e por último a inclusão (década de 90 até as próximas décadas do século 21). A

---

<sup>2</sup> O termo “pessoas com deficiência” ou “criança/estudante/aluno(a) com deficiência” será utilizado ao longo do texto em consonância com o documento da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. De acordo com Sasaki (2005) o termo preferido e reconhecido atualmente passou a ser pessoa com deficiência.

imagem abaixo ajuda a diferenciar essas mudanças históricas na forma de compreender a educação especial para as pessoas com deficiência:



Fonte: Imagem retirada da internet

De acordo com a imagem acima pode-se observar que:

- Exclusão: as pessoas com deficiência eram excluídas da escola, não tinham acesso à educação.
- Segregação: havia uma distinção, crianças com deficiência frequentavam escolas especiais, como as APAEs, escolas para surdos, e não tinham contato com as escolas regulares.
- Integração: as crianças com deficiência passam a frequentar escolas regulares, mas ainda não estão incluídas. Apesar de estarem na escola regular, muitas vezes as crianças com deficiência tinham aulas em classes separadas.
- Inclusão: é o modelo que atualmente vem sendo implantado, cuja intenção é que todos/as tenham direito à educação em igualdade de oportunidades.

Apesar destes quatro modelos serem representativos dos modos de compreender a educação especial em termos históricos, e das propostas de educação inclusiva caracterizarem o momento atual, definindo práticas pedagógicas e propostas legislativas de educação para as pessoas com deficiência, percebe-se que ainda há práticas excludentes, segregacionistas ou integracionistas no âmbito da educação e, pode-se pensar também no contexto da Educação Física.

Selau (2007) aponta que a educação inclusiva é sinônimo de que todas as crianças, independente das duas limitações, físicas, intelectuais, ou até mesmo aquelas que apresentam altas habilidades, devem estar na mesma sala de aula, tendo acesso à educação. Porém, o autor aponta que a educação inclusiva não é simplesmente colocar estudantes com deficiência dentro da sala de aula, mas a preocupação de que todos/as possam se envolver entre si e com os/as professores/as. O Relatório Mundial sobre a Deficiência (2011), corrobora com a ideia do autor, de que não basta tê-los na mesma sala, e complementa que a educação inclusiva implica também em identificar e remover barreiras e prover instalações razoáveis, permitindo a todos/as os/as alunos/as participarem e progredirem em cenários comuns.

De acordo com Gesser e Nuernberg (2016), foi no início do século XIX que as pessoas com deficiência começaram a serem incluídas no âmbito educacional, e ocorreu através de iniciativas do Império na criação de institutos de educação de crianças cegas e surdas. No século XX houve uma grande propagação de instituições de educação especial privadas, visto que o Estado não havia demonstrado interesse em relação à educação e reabilitação das pessoas com deficiência. Porém, foi nas últimas décadas, que a educação inclusiva passou a estar mais em evidência, e isso se deve às pressões internacionais e políticas de educação especial, o que vem acarretando muitos desafios as/os educadoras/as e gestores/as.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996) cita alguns pontos que os sistemas de ensino devem garantir aos/às alunos/as com deficiência, assim como: currículos, metodologia, organização específicos para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles/as que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; professores/as capacitados/as para a integração desses/as educandos/as nas classes comuns; prepará-los/as para a inserção no trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, e por fim, acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Estas proposições elencadas na LDB (1996) trazem uma série de desafios aos/às professores/as que apontam algumas dificuldades e impasses como: a eficácia da metodologia aplicada; a falta de recursos e de infraestrutura (acessibilidade); as péssimas condições de trabalho; os limites da formação profissional; o número elevado de alunos/as na sala de aula; o despreparo para ensinar, entre outras (LEVY; FACION, 2008). Outra dificuldade apontada por Levy e Facion (2008) é a falta de informação das escolas, com



relação ao atendimento dos/as alunos/as com necessidades educativas. Para haver uma educação inclusiva de qualidade, é fundamental a participação ativa dos/as professores/as. Mas para que esses/as profissionais possam ter êxito nas suas atividades, é necessário que as dificuldades citadas acima possam ser sanadas ou, ao menos, melhoradas.

Gesser e Nuernberg (2016) complementam que para promover uma educação inclusiva das diferenças e promotora do desenvolvimento de todos/as, é necessário romper com algumas barreiras – atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e metodológicas, conforme detalhadas anteriormente - que dificultam a inclusão. Para Aguiar e Duarte (2005) a presença de/as estudantes com deficiência na escola implica algumas mudanças no interior da mesma, seja na avaliação, na metodologia de ensino, no currículo, enfim, em todas as áreas do âmbito escolar. Capellini e Rodrigues (2009), corroboram com as mesmas ideias, porém, complementam que a formação de gestores/as e funcionários/as da escola, a formação dos/as professores/as e a implantação de uma política educacional mais democrática também contribuiria na promoção da inclusão.

Diante disso, percebe-se que muita coisa precisa ser melhorada para promover a inclusão educacional<sup>3</sup>. Conforme o material produzido pela Uniasselvi (Programa de Pós-graduação à distância, 2015), que tem como objetivo discutir a temática da inclusão, apontam-se alguns aspectos necessários para construir uma educação inclusiva, como: o Projeto Político Pedagógico, que deve se basear na filosofia, nos princípios democráticos e igualitários da inclusão; o envolvimento do/a gestor/a educacional, oferecendo apoio aos profissionais e fazendo com que a filosofia de inclusão da escola seja exercida; debates sobre os problemas da escola com sugestões de melhorias; também é importante a participação da comunidade escolar, principalmente, dos pais e das mães<sup>4</sup> dos/as alunos/as para auxiliar e orientar os/as professores/as sobre as condições físicas e emocionais de seus/suas filhos/as. Enfim, para que de fato tenha mudança, e que essas barreiras sejam ultrapassadas é necessário o envolvimento de todos e todas.

O Relatório Mundial sobre a Deficiência (2011) aponta algumas razões sobre a importância da inclusão, como: que a educação contribui para a formação do capital humano, sendo decisiva para o bem estar e riqueza pessoal; a exclusão de crianças com deficiência das oportunidades educacionais e de trabalho tem altos custos econômicos e sociais; os países não poderão alcançar as Metas de Educação para Todos ou as Metas de

---

<sup>3</sup> Ao longo do trabalho foram usados os termos “inclusão educacional” ou “educação inclusiva” e “inclusão escolar”, essas expressões utilizei de diferentes maneiras, mas as entendo como o mesmo sentido.

<sup>4</sup> Utilizo a expressão “pais e mães” por entender que há diferentes formas de organização familiar.

Desenvolvimento do Milênio, de universalização da educação primária, sem garantir o acesso à educação das crianças com deficiência, dentre outras.

## 2.2 EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO

A Educação Física teve várias alterações ao longo do tempo, e aos poucos foi encontrando a sua identidade. Sofreu influências originárias da filosofia positivista, da área médica (por exemplo, o higienismo) e de interesses militares (nacionalismo). Na década de 70, o governo militar investiu nessa disciplina em função de diretrizes pautadas no nacionalismo, na integração (entre os Estados) e na segurança nacional. Na década de 80 iniciou-se uma crise de identidade nos pressupostos e no discurso da Educação Física, que gerou uma mudança expressiva nas políticas educacionais: a Educação Física escolar. O objetivo passou a ser o desenvolvimento psicomotor do/a aluno/a, propondo-se retirar da escola a função de promover os esportes de alto rendimento (BRASIL, 1998).

Somente com a LDB, em 1996, que a EF foi integrada à proposta pedagógica, ou seja, passou a ser um componente curricular da educação básica, sendo a sua prática facultativa em alguns casos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1998) trazem uma proposta à EF que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área. Propõem uma abordagem que perpassa a prática esportiva, sugerem um enfoque mais reflexivo e trazem como temáticas o princípio da inclusão, da diversidade, entre outros. Portanto, se a EF costumava apresentar um modelo excludente, pois a aptidão física era o que se tinha de mais importante, agora esta disciplina deve desempenhar um papel importante no desenvolvimento global dos/as alunos/as, principalmente àqueles que apresentam alguma deficiência, tanto no desenvolvimento motor quanto nos desenvolvimentos intelectual, social e afetivo.

Teixeira e Zingano (2015) apontam que o ensino da Educação Física deve preocupar-se em estimular os/as alunos/as, sem distinção ou discriminação, buscando aumentar a autoestima e autoconfiança, desenvolvendo atividades que respeitem suas individualidades e diferenças. E que a criança, com deficiência ou não, deve sentir-se parte integrante do contexto da aula, deve ter sua experiência valorizada e aprender a valorizar as suas próprias conquistas.

Ferreira e Cataldi (2014) destacam que ministrar aulas de Educação Física para estudantes com deficiência e sem deficiência na mesma turma, não é algo fácil, porque não basta apenas criar estratégias, adaptar gestos corporais, ou ter menos rigidez para o

desenvolvimento das atividades. Ao contrário, para promover a prática corporal requer uma capacidade de garantir que os movimentos sejam adequados e que façam sentido para as pessoas com e sem deficiência.

De acordo com Rodrigues (2003), a Educação Física (EF) perante a educação inclusiva, possui aparências e constatações. As aparências, porque a EF, tem possibilidade de ser mediadora na educação inclusiva, visto que os conteúdos podem ser ministrados com menos rigidez em relação às demais disciplinas. Além disso, os/as professores/as de EF têm mais autonomia para organizar os conteúdos, portanto julga-se positivo para os/as alunos/as que têm alguma dificuldade em corresponder a solicitações mais rigorosas, pois haveria uma maior flexibilidade para conduzir os conteúdos do currículo; e os/as professores/as de educação física são vistos como agentes mais positivos perante os/as alunos/as. Diante desse panorama, entende-se que, de acordo com as aparências, a EF seria uma área curricular que teria maior facilidade em realizar a inclusão, mas as constatações sobre a efetiva contribuição da EF para a inclusão são de que há uma série de problemas, pois, com relação às atitudes com os/as estudantes com dificuldades, não há homogeneidade que as aparências sugerem. Além disso, a falta de profissionais qualificados/as, o pouco apoio educativo para a inclusão de alunos/as nas aulas, e por fim a EF pode conduzir a exclusão, por ter uma cultura desportiva e competitiva, dificultando então a inclusão daqueles/as que são vistos/as como menos capazes para obter desempenho em uma competição.

Percebe-se que o autor inicialmente destaca as aparências da EF diante da inclusão, de que os/as professores/as em tese são menos rígidos do que os/as profissionais das demais disciplinas, mas na sequência aponta as constatações, e que elas vão de encontro ao que supostamente a EF seja uma disciplina que facilmente poderia promover a inclusão. Apesar da suposta ideia de que a EF, seja uma disciplina menos rígida, pode-se discordar desse autor. De acordo com algumas experiências como docente, é possível reiterar que, em tese, é uma disciplina mais fácil de adaptar os conteúdos, mas não significa que tem menos rigidez, pois vai depender de cada professor/a. Além disso, por explorar o corpo e os movimentos, a EF permite possibilidades e estratégias diversas. Mas por ter o corpo como principal objeto, ou a EF pode proporcionar um olhar positivo, integrador entre os/as estudantes com e sem deficiência, ou pode também destacar tristemente as diferenças, excluindo, ridicularizando aqueles/as que têm alguma deficiência.

Cruz et al. (2009) apontam que na intervenção da educação física com as crianças com deficiência, há especificidades que vão desde o comportamento motor dos indivíduos, até o processo de formação de profissionais para atuarem na área. Destacam também que a dificuldade da EF no âmbito escolar vem anteriormente à inserção da inclusão, visto que a realidade escolar geralmente é cerceada de situações difíceis: muitas vezes há dois encontros semanais, sendo que cada encontro é em torno de 40 minutos, e cerca de 30 alunos/as (onde há diferenças, seja de gênero e história de vida), e os recursos materiais e instalações muitas vezes são precários. Diante desse panorama a EF é um campo de atuação profissional que a todo tempo lida com a diferença das pessoas – com deficiência ou não. Portanto, apesar das dificuldades elencadas, a EF teria ótimas condições para promover a inclusão e lidar com esse desafio.

Aguiar e Duarte (2005) apontam que é possível que os/as professores/as de Educação Física nas escolas consigam incluir aqueles/as que aparentemente não demonstram talento para nenhuma modalidade esportiva, os/as que têm dificuldades no controle do próprio corpo e até mesmo os que, por características pessoais físicas, não seriam considerados aptos/as a praticar competitivamente, vai depender da adequação das estratégias metodológicas. Mas historicamente as propostas curriculares da EF são fortemente ligadas a uma cultura desportiva e competitiva, e com base nessa visão, promover a inclusão pode se tornar mais resistente.

Fiorini e Manzini (2014) destacam que os/as professores/as de EF têm encontrado dificuldades para atender os/as estudantes com e sem deficiência na mesma turma. E essas dificuldades advêm de diferentes fatores, assim como: da formação, das dificuldades atribuída aos/às estudantes (as especificidades de cada deficiência, a ausência de laudos que especifiquem qual a deficiência ou síndrome que eles apresentam), de recursos pedagógicos (materiais necessários para desenvolver determinadas habilidades), entre outros. Já Capellini e Rodrigues (2009) corroboram com as ideias de Fiorini e Manzini (2014), porém apontam outras dificuldades citadas pelos/as professores/as, como: o número excessivo de alunos/as por sala; descompromisso dos pais e mães; as dificuldades para a inclusão; preconceito e rejeição; a ausência de políticas públicas eficientes voltadas para a inclusão.

Diante do panorama citado anteriormente, é importante ressaltar, que muitas são as dificuldades apontadas pelos/as professores/as. Portanto, esses são alguns dos motivos pelos quais as escolas, os/as professores/as podem ter dificuldades na efetivação da in-

clusão escolar. Frente à preocupação de muitos/as educadores/as de EF em promover atividades inclusivas, Ferreira e Cataldi (2014) sugerem uma possível proposta de EF inclusiva: inicialmente as escolas devem discutir esse tema, a sua importância; a relevância social, as estratégias didáticas e as possibilidades de acessibilidade e tecnologias educativas e, para isso, é imprescindível mostrar que a inclusão é possível, mas é necessário o comprometimento de todos/as os/as envolvidos/as na organização da escola; em seguida nas aulas de EF deve haver a participação em conjunto de estudantes com e sem deficiência, e em momentos complementares, se necessário, promover atividades separadas caso queira desenvolver alguma habilidade específica que permitirá ao/à estudante um maior sucesso na execução das atividades; planejamento das aulas deve ser amplo e comum a todos/as; e por fim a EF deve ser um espaço que possibilite trabalhar as diferenças corporais, e além disso desenvolver e divulgar as potencialidades e habilidades de cada aluno/a, preparando-os/as para conviver e respeitar a diversidade que há na sociedade.

Segundo Duarte e Santos (2003) se não houver informação e um processo educativo eficaz, onde as atitudes relacionadas ao preconceito e à discriminação sejam ceifadas, torna-se difícil visualizar o processo da inclusão. Destacam também, que a diferença ensina de maneira extraordinária, porque ao entender a particularidade de cada pessoa e não fazer julgamentos, é possível aprender de uma maneira que os paradigmas não fiquem como elemento bloqueadores do desenvolvimento social.

Nota-se que os objetivos da EF foram sendo alterados com o passar do tempo, mas é visível que ainda há alguns resquícios do passado nesta disciplina, assim como a cultura desportiva e competitiva. Este formato acaba dificultando o processo de inclusão. Diante disso, os/as professores/as devem estar atentos ao planejar as aulas, pensar em estratégias, em práticas pedagógicas que venham a somar, a incluir esses/as alunos/as com deficiência. Além da dificuldade do planejamento, há outras que acabam interferindo, como o número elevado de alunos na mesma sala, a falta de recursos, ou pouco tempo de aula, o despreparo em lidar com alunos/as com deficiência, que podem intensificar os empecilhos para a inclusão. Mas apesar disso, é possível desenvolver um espaço que possibilite trabalhar com as diferenças, preparando os/as estudantes e os/as professores/as a conviverem com o outro, promovendo assim a inclusão.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO**

Esta investigação caracteriza-se como um estudo de cunho qualitativo. Esse tipo de pesquisa não se preocupa em generalizar e quantificar os achados. Segundo Negrine a pesquisa qualitativa, (2004, p. 61), “[...] centraliza-se na descrição, análise e interpretação das informações recolhidas durante o processo investigatório, procurando entendê-las de forma contextualizada.”

Este estudo obteve informações a partir de entrevistas semiestruturadas, com professores/as de Educação Física que ministram aulas para crianças e adolescente com deficiência que estão incluídas/os na escola regular. Cabe destacar que não houve definição específica dos tipos de deficiência como critério de inclusão e/ou exclusão para participação na pesquisa, visto que o seu objetivo foi analisar as práticas pedagógicas para a inclusão educacional utilizadas pelos professores e professoras da educação física.

#### **3.2 PARTICIPANTES**

Foram convidados/as a participar deste estudo, professores/as de Educação Física, que ministram aulas para crianças e adolescentes com deficiência que estão incluídas/os na escola regular. Participaram da pesquisa três professoras e um professor, que foram acionados através da rede de contatos da pesquisadora. Os/as entrevistados/as ministram aula na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio na rede pública e particular da Região de Porto Alegre.

#### **3.3 COLETA DAS INFORMAÇÕES**

As fontes orais foram obtidas através de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A). Pretendeu-se, através desse diálogo, analisar as práticas pedagógicas de Professores/as de Educação Física que ministram aulas para estudantes com deficiência que estão incluídas/os na escola regular. Essas entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e encaminhadas aos/às participantes da pesquisa para aprovação do texto. De acordo com Flick (2009) a entrevista semiestruturada é um método especial e interessante, visto

que os/as entrevistados/as normalmente possuem acúmulo de conhecimentos sobre o tópico em questão, podendo ter maior liberdade de expressar-se. Bell (2008) destaca que uma das principais vantagens da entrevista é a sua adaptabilidade, ela dá ao/à pesquisador/a a possibilidade de esclarecer e aprofundar as respostas e investigar motivos e sentimentos dos/as entrevistados/as.

### 3.4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Após a obtenção das entrevistas, a primeira tarefa desenvolvida no processo de análise dos dados foi a organização de acordo com os objetivos que fundamentaram o estudo. Após a codificação das informações (orais) as interpretações foram realizadas utilizando a análise de conteúdo categorial temática. Segundo Bardin (2004) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa o conhecimento de categorias teóricas, podendo ser de ordem psicológica, sociológica, entre outras. Utiliza mecanismos de dedução através de indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares.

### 3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Para a realização desta pesquisa, foi seguida a Resolução 466/2012 que orienta sobre o desenvolvimento de pesquisas com seres humanos. Foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) no qual consta o tema e o objetivo geral da pesquisa. Ainda foi explicado aos/às professores/as que os/as mesmos/as poderiam optar por não participar (se assim o desejarem), ou (no caso de participarem) não querer que seus dados sejam utilizados no estudo.

A desistência de participar da pesquisa, pode ocorrer a qualquer tempo. Cabe destacar, que não haverá riscos a integridade física e mental dos/as participantes, assim como nenhuma forma de pagamento financeiro pela participação na pesquisa. Por fim, foi acordado com os/as participantes o respeito aos critérios de confidencialidade e privacidade, mantendo ou não suas identidades em sigilo, pois esses/as se constituem como sujeitos históricos, em que foi utilizado apenas as informações que os/as professores/as concordaram em expor. Ao final da pesquisa, os resultados obtidos serão divulgados aos professores e professoras que participaram nesse estudo.

## 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão discutidas as categorias que foram estabelecidas após a realização das entrevistas. Inicialmente o item “DOCENTES” é uma breve apresentação dos/as professores/as entrevistados/as. Em seguida, após a análise das informações das entrevistas, a organização das categorias “FORMAÇÃO PROFISSIONAL” e “ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA” foi de acordo com os objetivos que fundamentaram o estudo. Quanto aos aspectos facilitadores e os entraves para a atuação dos/as profissionais, serão discutidos ao longo de cada categoria. Já as categorias “PONTO DE VISTA DA INCLUSÃO” e “INTERSECÇÕES ENTRE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA” emergiram das falas dos/as entrevistados/as, e sua importância para discutir a temática em questão enriquece o trabalho.

### 4.1 DOCENTES

Os/as professores/as entrevistados/as ministram aulas de Educação Física para estudantes com deficiência na escola regular. Três professoras – (M), (A) e (F)<sup>5</sup> – trabalham em escola pública. As professoras (M) e (F) atuam no ensino médio; a professora (A) na educação infantil. As duas primeiras professoras atuam em Escolas Estaduais, e a professora (A) atua em uma escola Municipal e o professor (G) atua em uma escola particular, cuja especialidade desta instituição é trabalhar com alunos deficientes visuais do sexto ano ao ensino médio. Quando comparadas as estruturas e acessibilidade das escolas públicas e particular, não foram observadas diferenças significativas quanto aos recursos disponibilizados pelas escolas para promover a acessibilidade de estudantes com deficiência.

O tempo de atuação desses docentes na Educação Física escolar é variado entre 7 a 20 anos. Todos/as atuam na Região de Porto Alegre/RS e são formados/as em Educação Física. Os/as professores/as (M) e (G) possuem Especialização na área da educação especial.

---

<sup>5</sup> Foi acordado com os/as participantes o respeito aos critérios de confidencialidade e privacidade, mantendo suas identidades em sigilo. Portanto, será feita referência à fala dos/as entrevistados/as utilizando-se as letras (M), (A), (F) e (G), dentro de parênteses.



A aproximação da maioria dos/as professores/as com alunos/as com deficiência na escola onde atuam é recente, como se constata na fala de (M) “*Em termos de escola mesmo, são 20 anos e na Educação Física inclusiva é mais recente [...] na verdade foi uma demanda; na de (A) ‘trabalhar com crianças deficientes foi uma demanda que foi aparecendo’*”. Pereira (2012) destaca que a aproximação do/a professor/a de Educação Física com os/as estudantes com deficiência é relativamente nova, assim como faz pouco tempo que a sociedade começou a perceber e a pensar na educação a partir de uma perspectiva inclusiva. Ou seja, a discussão e a preocupação com essa temática na sociedade é recente, e essa mudança pode estar relacionada com as políticas públicas e com a elaboração de novas legislações voltadas justamente para a inclusão, como a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), entre outras.

#### 4.2 O PONTO DE VISTA DA INCLUSÃO

De acordo com Fávero et al. (2009), embora a inclusão vem sendo bastante discutida, ainda não há consenso sobre a essência do conceito de educação inclusiva. Ainscow (2009) corrobora com Fávero et al. (2009), destacando que há grupos diferentes que pensam sobre a inclusão de forma diversa, e que não há uma definição única e consensual. Ainda complementa que a inclusão é a mudança do sistema educacional, onde buscam-se meios e estratégias para alcançar níveis que não estavam sendo contemplados. Estes níveis que o autor coloca são de que os/as estudantes precisam participar, e os/as professores/as devem dar condições para que eles/as realmente participem das atividades; e também de que consigam adquirir conhecimentos.

Diante disso, há diferentes concepções, seja de profissionais da educação, de cientistas, etc. Enfim, trago um pouco da ebulição de ideias envolvendo a inclusão que surgiram dos/as professores/as entrevistados/as na pesquisa. Quando questionados/as sobre o que eles/as entendiam por inclusão, surgiram diferentes concepções, assim como na fala de (M) “*é uma necessidade*”; de (F) “*a inclusão hoje é um meio*”. Nota-se que ambas destacam que a inclusão se faz necessária dentro da escola.

Outro ponto interessante que emergiu das entrevistas, é que a inclusão não deve ser pensada somente para aqueles/as que são intitulados como estudantes com deficiência, mas de que todos/as, sem exceção, são diferentes, têm limitações, assim como destaca (F)

*“temos as nossas partes, as nossas aparas [...] todo mundo tem um certo tipo de deficiência física ou mental, ou um diabetes, ou problema cardíaco”*; de (G) *“todos nós temos as nossas deficiências e as nossas limitações”*. Diante desses relatos pode-se dizer que todos/as têm alguma dificuldade ou limitações, sendo que algumas delas passam despercebidas, não são visíveis, e muitas vezes são consideradas dentro da normalidade. Alves (2006) comenta que existem algumas diferenças que não causam estranhamento nas relações humanas no cotidiano escolar, são aquelas que é possível “tolerar”, assim como um ritmo um pouco mais lento que o “normal” para aprender, copiar do quadro, participar das atividades propostas; entretanto, bem mais difícil de aceitar é a “diferença-deficiência”, configurada. Apesar desta pesquisa ter se dedicado a investigar a inclusão de estudantes com deficiência no contexto da educação física, entende-se que a educação inclusiva tem como proposta garantir a aprendizagem e a inclusão de todos/as os/as estudantes na escola regular, respeitando suas diferenças e singularidades.

A escola é um local onde há muita diversidade, seja de gênero, de raça, de crianças com ou sem deficiência, ou com restrições vinculadas a doenças, enfim essas diferenças dos/as estudantes devem ser reconhecidas como um recurso positivo, usando-as para fornecer oportunidades de aprendizagem para todos/as os/as alunos/as da turma. De acordo com Sasaki (1998) a convivência na diversidade humana pode enriquecer a nossa existência e desenvolver diversos tipos de inteligência que cada um/a de nós possui. E a interação com pessoas com necessidades, potencialidades, habilidades diferenciadas é a base do desenvolvimento de todos/as para uma vida mais saudável e feliz. Sasaki também explica o paradigma da inclusão social, onde as escolas precisam ser reestruturadas para acolherem a todos/as, incluindo pessoas com diferentes deficiências. Ou seja, o sistema educacional deve adaptar-se às necessidades de seus/suas alunos/as, mais do que os/as alunos/as adaptarem-se ao sistema educacional.

Além dessas diferentes concepções que apareceram, é importante fazer uma observação que a inclusão vem sendo estabelecida dentro das escolas por diferentes normas, instrumentos legais que visam dar garantias às pessoas com deficiência assim como o decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, (promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo<sup>6</sup>) que aponta que um dos direitos das pessoas com deficiência é que elas tenham acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições

---

<sup>6</sup> Maiores informações podem ser acessadas através do site: <http://www.planalto.gov.br>

com as demais pessoas na comunidade em que vivem. Outra lei que está em evidência é a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e proíbe instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, de cobrarem valores adicionais por matrícula de pessoas com deficiência. Cabe destacar que essas leis, provavelmente vem contribuindo para que de fato a inclusão aconteça, como destaca a professora (A) “*inclusão das crianças dentro da escola como uma ideia de obrigatoriedade, eu acho que não se colocaria de outra forma[...] porque senão eu não trabalharia com crianças com deficiência*”. Portanto, se a inclusão não fosse obrigatória provavelmente a dificuldade seria maior em implantá-la no âmbito escolar. Salerno (2009) vai ao encontro da fala anterior, pois foi a partir das alterações legais e atitudinais, que iniciaram as modificações no atendimento da pessoa com deficiência no transcorrer do tempo. Além desse panorama, cabe destacar também que apareceram algumas indagações, como a fala de (A) “*o que significa incluir, se incluir é tá junto, se incluir é tá participando, se incluir é obrigar com que participe, que participação é essa*”?

Tentando responder a esses questionamentos, Ainscow [ca 2004]<sup>7</sup> compreende a inclusão como um processo em três níveis: o primeiro é a presença, onde não basta o/a aluno/a estar na escola, mas é necessário participar; o segundo é a participação, onde é preciso dar condições para que o/a aluno/a participe das atividades escolares; e o terceiro é a aquisição de conhecimentos, onde o/a aluno/a pode estar presente na escola, participando e não estar aprendendo. Portanto, o autor destaca que a inclusão significa o/a aluno/a estar na escola, participando, aprendendo e desenvolvendo suas potencialidades.

Para Pereira (2012) incluir é criar um suporte pedagógico, além de um ensino de qualidade que desenvolva de forma tridimensional as suas potencialidades, sejam elas: cognitivas, motoras ou afetivo-sociais. Zoboli e Barreto (2006) complementam que, para incluir alunos/as com deficiência na rede regular de ensino é necessário entender que a preocupação não é apenas com as condições de acesso físico, mas de acreditar no valor da diversidade humana, contemplar as diferenças individuais, efetuar mudanças administrativas, adaptar a metodologia e capacitar todos os recursos humanos na questão da inclusão.

Atualmente, há mais debate e propostas sobre como realizar a inclusão no âmbito escolar, para que ela seja de fato significativa, de qualidade para os/as envolvidos/as. Vital

---

<sup>7</sup> Mel Ainscow - em entrevista concedida ao centro de referência em educação Mario Covas: O que significa inclusão? [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees\\_a.php?t=002](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees_a.php?t=002).

(2012) ressalta que quando se trata de educação inclusiva, não basta apenas incluir o/a aluno/a em sala de aula junto com outros/as alunos/as considerados “normais”, mas é também necessário criar adaptações na estrutura da escola, possibilitando o acesso a todos os ambientes da mesma. Além disso, se faz necessário que haja uma gestão administrativa democrática, preocupada com a capacitação dos/as professores/as, no planejamento de currículos, priorização de conteúdos, revisão da avaliação, e a garantia de recursos materiais necessários ao atendimento destes alunos/as e, para tanto, a escola necessita do apoio de todas as pessoas envolvidas neste processo.

De acordo com as propostas legislativas de educação inclusiva, a escola é direito de todos/as, e a fala de (F) vai ao encontro disso “[...] *eu sempre acreditei que a escola é para todos, e não existe escola para tal deficiência, para mim não existe isso, para mim a escola é para todos né, não adianta tu excluir uma parcela da sociedade se depois tu vai ter que conviver com ela*”. Complementando essa ideia de educação inclusiva educacional, o Ministério da Educação:

Implementa a política de inclusão educacional, fundamentada nos princípios éticos do respeito aos direitos humanos, na proposta pedagógica que propõe ensinar a todos os alunos, valorizando as diferenças de cada um no processo educacional e na concepção política de construção de sistemas educacionais com escolas abertas para todos (BRASIL,2006).

Embora haja dificuldades para implementar a inclusão no âmbito escolar, percebe-se como importante a disposição dos/as docentes em pensar o quanto se faz necessário a escola acolher os/as alunos/as com deficiência, e a implementação das propostas legislativas vem, nesse sentido, para assegurar a inclusão.

Nota-se que nesta categoria há diferentes percepções e dúvidas dos/as professores/as sobre a educação inclusiva. Ainscow (2009) e Fávero et al. (2009), destacam que não há uma definição única e consensual sobre o conceito da educação inclusiva. Apesar das incertezas que surgiram, não podemos negar que as discussões sobre a inclusão estão mais presentes dentro das escolas, e isso provavelmente vem sendo estabelecido pelas diferentes normas e instrumentos legais que estão sendo inseridos, assim como pelo próprio convívio das pessoas sem deficiência com aqueles/as que têm deficiência, possibilitando assim outras formas de pensar a educação, a inclusão e a própria deficiência. Portanto, percebe-se que há vários pontos de vista sobre a inclusão, encontrados tanto na literatura quanto nas falas dos/as profissionais entrevistados/as, entretanto há consenso de

que a inclusão é importante e se faz necessária dentro da escola. Mas para que ela realmente possa ocorrer gradualmente é necessário que haja um trabalho integrado na escola com a comunidade escolar (pais, mães, alunos/as e professores/as etc.). Nesse sentido, ações voltadas à formação dos/as professores/as, para então pensar em estratégias mais concretas, são importantes, como pode ser observado na próxima categoria de análise.

#### 4.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A inclusão vai além de simplesmente colocar as crianças com deficiência na escola regular, ignorando suas necessidades específicas (MEC-SEESP, 1998; SELAU, 2007). Incluir significa dar ao/à professor/a e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica (MEC-SEESP, 1998), para que a educação possa acontecer para todos/as em igualdade de oportunidades. Além dessa preocupação, é importante também que os/as profissionais da educação estejam aptos/as, seguros/as para lidar com esta nova realidade na escola, para sanar as dúvidas e a falta de consenso sobre o que significa a inclusão, conforme apareceram nas entrevistas.

Pode-se destacar diferentes tipos de formação na graduação dos/as professores/as participantes da pesquisa. Enquanto que alguns/mas professores/as tiveram na sua formação acadêmica, a possibilidade de trabalhar com disciplinas relacionadas às pessoas com deficiência, assim como na fala de (A) *“Eu tive na graduação uma cadeira que se chamava atividade física adaptada”*; de (G) *“educação especial eu tive uma cadeira na faculdade obrigatória”*. Já outros, se tiveram, foi voltado para trabalhar em escolas que havia somente alunos/as com deficiência como na fala de (M) *“era justamente para trabalhar em escolas especiais”*. E por fim aqueles que não tiveram nenhuma cadeira voltada para a temática da inclusão, assim como na fala de (F) *“Na época que me formei não teve nenhuma disciplina específica”*. Dado o tempo de formação destes/as professores/as, percebe-se que o ensino sobre educação inclusiva na graduação parece ser algo recente. A (F) se formou há 12 anos e não teve nenhuma disciplina; já (G) concluiu a graduação há 7 anos e teve uma disciplina específica que abordava a inclusão.

Diante desse panorama, Pereira (2012) aponta que os cursos de graduação de educação física ainda estão em fase de construção da sua base teórica, portanto as mudanças vão ocorrendo gradativamente no modo de compreender e tratar o indivíduo com deficiência, para o qual a atividade física pode significar melhores condições de vida e maior inserção social. Zoboli e Barreto (2006) complementam que a Universidade, como agente

de formação e capacitação desses/as docentes, muitas vezes pode levar anos para entender que seu trabalho não é apenas priorizar as teorias, que geralmente são dissociadas da prática, deixando de ir ao encontro das necessidades da comunidade, mas sim proporcionar ações que beneficiam a comunidade, o seu crescimento.

É importante frisar que, apesar da maioria dos/as professores/as entrevistados/as ter tido contato com uma disciplina na graduação voltada para trabalhar com crianças com deficiência, muitos destacaram que é com a prática que o profissional acaba se engajando, aprendendo como lidar no dia a dia, seja em sala de aula ou nas aulas práticas, assim como detectado na fala de (G) *“vai aprendendo só que a prática ela realmente é muito diferente [...] não é só o curso na faculdade de formação obrigatória que vai fazer com que a gente saiba lidar com esse aluno”*; a de (F) *“a gente acaba [...] tendo que trabalhar no convívio [...] daí tu vai buscar solução”*; a de (A) *“elas [as crianças] vão te ensinando o que tem que fazer”*. No trabalho de Conceição, Krug e Venson (2013) a prática também foi relacionada como algo colaborativo, que possibilita o avanço no saber do/a professor/a, e proporciona ao/à docente, autoconfiança em tomar atitudes devido a algumas situações geradas em suas aulas.

Muitas vezes, quando o/a professor/a se depara com as dificuldades, acaba buscando uma qualificação, uma maneira de se preparar para saber lidar com estas questões, e isso depende muito mais da iniciativa do/a profissional, visto que as escolas geralmente não conseguem ofertar cursos de capacitação para estes/as educadores, assim como consta na fala de (A) *“formação fica vagando depende muito mais da iniciativa do profissional de procurar, do que da própria instituição”*; a de (G) *“a gente tem que estar sempre em busca de estudar, se especializar mais, porque cada criança é diferente de outra”*; a de (M) *“tenho especialização em EF para pessoas com deficiência, conclui agora [...] é uma dificuldade porque os profissionais não estão preparados”*. A fala de (G) destaca que cada criança é diferente da outra com relação à deficiência, mas é importante frisar que essa preocupação não deveria ser aplicada apenas às deficiências, pois é preciso preparo para lidar com a singularidade de qualquer criança, independentemente de ter ou não alguma deficiência.

Silva, Júnior e Araújo (2008), salientam que nos cursos de graduação deveria haver um modelo de formação mais reflexivo, uma maior aproximação entre a teoria e prática, o que tornaria o/a profissional de EF mais preparado/a e ciente para o processo inclusivo. Ou seja, é necessário que a própria graduação esteja atenta à relação entre teoria

e prática, para que os/as profissionais possam estar mais preparados/as e não tenham que aprender a lidar apenas quando se deparam com as situações difíceis.

Apesar de muitas questões sobre a inclusão serem resolvidas na prática e que os/as professores/as vão aprender a fazer no contato cotidiano com esses/as alunos/as, é fundamental que se tenha formação para trabalhar com a inclusão educacional. Isso se aplica não apenas aos cursos de Educação Física, mas em diferentes âmbitos da educação. Além de saber lidar com as deficiências específicas, é preciso também compreender o que significa incluir e conhecer as legislações que dissertam sobre a inclusão. Porque o desconhecimento destas políticas e do conceito de inclusão pode contribuir para que os/as professores/as reproduzam práticas segregacionistas e excludentes. Logo, a formação pode facilitar todo esse processo, tornar os/as profissionais mais aptos/as e confiantes para implementar a inclusão e contribuir para que ela aconteça de fato, permitindo que todos/as os/as estudantes possam aprender.

Percebe-se, portanto, a importância da formação profissional no processo da inclusão, mas há também de se destacar que só a formação não é suficiente, pois há outras barreiras que podem dificultar sua implementação, assim como as barreiras arquitetônicas, as barreiras nas comunicações e na informação que dificultam ou impossibilitam o desenvolvimento das atividades, entre outras. Ao constatar a relevância da formação profissional e apontar algumas lacunas presentes nesse percurso, a pretensão não é sugerir apenas a necessidade de formar especialistas para trabalhar com deficiências específicas, mas sim potencializar a formação de professores/as capazes de atuar com a educação em uma perspectiva inclusiva e de trabalhar com as diferenças de um modo geral, sejam elas de gênero, classe social, raça/etnia, religião, entre outras. Enfim, a inclusão não acontece de maneira fácil e simples, porém para que ela ocorra, é necessário haver determinação, empenho e compreensão de todas as pessoas envolvidas.

Diante das dúvidas e dificuldades apontadas por professores e professoras para implementar a inclusão na escola regular e da ausência de uma padronização nas propostas curriculares que abordem, já na graduação, a discussão sobre a educação em uma perspectiva inclusiva, destaca-se a importância do investimento na formação profissional dos/as docentes. Dada a importância da prática profissional destacada pelos/as participantes da pesquisa, aponta-se também a necessidade de articular a formação teórica, especialmente dos cursos de graduação, às práticas que já vêm sendo desenvolvidas com estudantes com deficiência por estes/as profissionais, de modo que possam compartilhar suas experiências com outros/as professores/as.

#### 4.4 ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Muitos/as profissionais de EF, ao se depararem com a deficiência na escola regular, tentam criar estratégias para inserir esses/as alunos/as com os/as demais. Ou seja, planejam as atividades, a aula, pensando em maneiras como os/as alunos/as com deficiência podem realizar as mesmas tarefas que os/as alunos/as sem deficiência, buscando assim a cooperação e a inclusão dos/as mesmos/as.

Quanto às estratégias utilizadas pelos/as entrevistados/as que trabalham com alunos/as com deficiência na escola regular, é possível verificar que a maioria preocupa-se em adaptar as atividades, assim como na fala de (F) *“quando eu adapto, adapto sempre para todos”*; a de (M) *“a gente procura adaptar a aula; a de (F) “Estratégia é a igualdade. Eu procuro fazer atividades onde eles não se sintam desamparados e nem inferiores”*; a de (A) *“Depende muito do aluno”*; a de (G) *“depende muito do grupo na qual eu tenho em mãos”*. Percebe-se que ora os/as professores/as elaboram estratégias pensando na singularidade de cada criança, ora para cada grupo específico.

Pereira (2012) comenta que, ao adaptar a aula de EF, os conteúdos a serem trabalhados devem ser os mesmos de qualquer outra aula de educação física, mas o que vai mudar são os meios para permitir o acesso dos/as alunos/as com deficiência à prática. Ainda aponta que o papel do/a profissional de EF, é fazer com que eles/as consigam superar os seus limites, estabelecendo caminhos com graus de dificuldade variados, de acordo com a deficiência.

Algumas questões que emergiram sobre as adaptações: será que não acaba potencializando ainda mais a diferença? Até que ponto essa adaptação pode estigmatizar ainda mais os/as alunos/as com deficiência? Pois ao modificar, na maioria das vezes, acaba apontando, colocando em maior evidência as limitações dos/as alunos/as com deficiência. Provavelmente estas dúvidas são frequentes à maioria dos/as professores/as, portanto, ao realizar o planejamento os/as educadores/as devem estar atentos/as a estes cuidados, especialmente como serão enfrentadas estas barreiras. Diante disso, seria interessante buscar, juntamente com outros/as professores/as, estratégias para trabalhar com cada criança, além dos investimentos com a formação profissional destes/as professores/as para trabalhar em uma perspectiva de educação inclusiva, como foi apontado na categoria anterior.

De acordo com Ferreira e Cataldi (2014), para obter a igualdade de oportunidade na participação dos/as estudantes nas aulas de Educação Física é necessário estabelecer



alguns critérios para todas as atividades físicas e o esporte, buscando alcançar êxito pelos/as participantes. Chicon (2008) entende que incluir na Educação Física não é simplesmente adaptar para que aqueles/as alunos/as com deficiência possam participar da aula, mas estabelecer uma proposta educacional que valorize a diversidade e que esteja comprometida com a construção de uma sociedade inclusiva.

Já Salerno (2009) salienta que nem sempre é preciso adaptar as atividades realizadas em aula às pessoas com deficiência, visto que elas podem participar sem a alteração dos objetivos das práticas. Havendo a adequação dos materiais utilizados quando necessário, os/as alunos/as com deficiência poderão realizá-las dentro de suas possibilidades, colaborando com o grupo e satisfazendo sua necessidade de participação.

Carmo (2006), comenta que muitos/as profissionais da EF acreditam que adaptar a aula já é uma grande evolução, que estão sendo criativos, mas eles/as acabam simplesmente perpetuando conhecimentos específicos dos esportes, do que explicitando o princípio da diferença e da desigualdade, na tentativa de superar esse quadro social segregado em que vivem as pessoas com deficiência. Na inclusão se defende que é necessário adaptar a escola, a acessibilidade e as estratégias de ensino para incluir o/a aluno/a com deficiência e não adaptar esse/a aluno/a para que ele/a possa ser incluído/a. Essa via não deve ser unilateral. Portanto, a falsa ideia de que esses/as alunos/as com deficiência só podem participar de tarefas modificadas pode perpetuar a lógica de que eles/as não têm capacidade de realizar tarefas que não sejam adaptadas. De fato, algumas crianças só poderão ser incluídas e participar efetivamente se as atividades forem modificadas. Diante disso, os/as educadores/as devem repensar a necessidade de reformulação de estratégias e pedagogias de modo que sejam adequadas para todos e todas.

Essas adaptações citadas pelos/as entrevistados/as são realizadas com diferentes estratégias, por exemplo, como na fala de (F) *“eu sempre procuro trazer as duas realidades[...] de trazer o inverso”*; de (G) *“não adianta o professor colocar o aluno deficiente para incluir em sala de aula, se os demais ditos normais não conhecerem aquela deficiência [...] aprender se colocar no lugar do outro”*; a de (M) *trabalhar mais com jogos, mais com coisa de descoberta, que os alunos consigam descobrir juntos*”. Com base nas falas dos/as entrevistados/as, pode-se perceber, portanto, que as adaptações e estratégias utilizadas para incluir estudantes com deficiência nas aulas de educação física vão além das modificações na estrutura e arquitetura da escola ou da busca por novos recursos e materiais para o desenvolvimento das aulas. Implicam a necessidade de compreender e reformular uma série de perspectivas pedagógicas como, por exemplo, a necessidade de

trabalhar a noção de diversidade com o grupo de alunos/as, abordar e desmistificar barreiras atitudinais sobre a deficiência, bem como desenvolver empatia e apostar em um trabalho colaborativo de descobertas, entre outras questões.

Para Munster e Almeida (2006) as adaptações precisam ser frequentemente avaliadas e analisadas, pois as dificuldades dos/as alunos/as também se alteram periodicamente, necessitando assim de novas ou diferentes combinações. Outra adaptação que foi ressaltada é a separação, ora fazer atividades todos/as juntos/as e ora dividi-los/as, como na fala de (G) *“existem momentos da aula que eu trabalho específico com esse aluno [...] atividades onde eles realmente possam estar fazendo a pratica sozinhos”*.

Durante a fala deste professor nota-se que ele consegue criar estratégias pensando na inclusão, mas nem sempre consegue realizar toda a atividade junto com os/as alunos/as sem deficiência. Percebe-se que cada um/a elabora maneiras distintas para tentar realizar a inclusão, alguns/as conseguem criar atividades em conjunto a outros/as profissionais da escola, ou seja, buscam pensar maneiras de como inserir aquele/a aluno/a na sala de aula, o que é possível observar na fala de (A) *“a equipe de professores senta no espaço que dá para falar sobre”*. Outra professora, a (M), salienta que uma estratégia é buscar orientações com a professora da sala de recursos, para saber como incluir aquele/a aluno/a ou seja, cada educador/a tenta planejar de acordo das suas possibilidades.

Cabe destacar, que não basta apenas o/a educador/a criar estratégias e adaptações para promover a inclusão, pois há outros fatores que podem dificultar esse objetivo, como as diferentes barreiras às pessoas com deficiência como, por exemplo, as barreiras arquitetônicas: como a falta de acesso na escola que pode ser prejudicial à inclusão. Por outro lado, há escolas que já são construídas pensando na acessibilidade como na fala de uma professora (A) *“a escola que estou ela é nova, e foi construída pensando na acessibilidade [...] ela é toda adaptada”* ou também quando há disponibilidade de materiais que a escola oferece para facilitar o trabalho dos/as professores/as e, conseqüentemente, a inclusão. Ou seja, a infraestrutura da escola pode minimizar as barreiras de acesso a essas crianças, e quando as barreiras não são apontadas pelos/as professores/as podem impedir ou dificultar a inclusão.

Outra barreira importante a salientar, que foi mencionada nas entrevistas, são as barreiras atitudinais: preconceitos sofridos, como o *bullying* relatado por (M) *“também tem o preconceito de alguns, [...] alguns provocam o bullying, ofensas e as pessoas sofrem com isso”*. Diante desse panorama, pode-se compreender que além da escola ser importante para promover a inclusão, o envolvimento dos pais, mães e dos/as próprios/as

alunos/as também pode contribuir, assim como os/as professores/as podem fazer a diferença, visto que eles/as estão mais envolvidos/as, podem perceber as maiores dificuldades e lutar por melhores condições.

Percebe-se que os/as professores/as diversificam a maneira como vão realizar as atividades, tendo em vista que às vezes separam os/as estudantes com deficiência dos/as sem deficiência, ou simplesmente adaptam as tarefas para que eles/elas façam junto com os/as demais colegas da turma. Mas, apesar das adaptações e estratégias que envolvem as práticas pedagógicas, ainda há muitas preocupações que rondam esses/as profissionais a respeito da inclusão. Diante disso, é importante que a escola possa criar formas para que todas as crianças possam participar em igualdade de oportunidades, pensar também em estratégias em conjunto com a comunidade, visando assim facilitar esse processo de inclusão que muitas vezes pode fazer com que os/as docentes se sintam incapacitados, ou até mesmo atrapalhados. Incluir na Educação Física não é simplesmente adaptar, mas sim pensar em atividades que valorizem a diversidade.

#### 4.5 INTERSECÇÕES ENTRE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA

Segundo Vital (2012) a Educação Física foi, por muito tempo, um modelo excludente, pois privilegiava a aptidão física e o desempenho dos/as estudantes, mas agora seu papel foi modificado, deve desempenhar uma função importante no desenvolvimento global dos/as estudantes, tanto no desenvolvimento motor quanto nos desenvolvimentos intelectual, social e afetivo de todos/as os/as alunos/as, sejam eles/as com ou sem deficiência. Destaca também que, antes, o/a aluno/a que apresentava dificuldades nas realizações das atividades, poderia ser dispensado/a pelo/a professor/a da aula de Educação Física, mas agora com a educação inclusiva, deve-se criar alternativas motivadoras e positivas, buscando intensificar a participação deste/a aluno/a e promovendo a aprendizagem. Melo e Martinez (2012) complementam que essa “dispensa” caracterizava claramente a exclusão das aulas de educação física, pois aqueles/as alunos/as que apresentassem alguma doença ou limitação física não eram “obrigados/as” a realizar as aulas. Diante disso, verifica-se que a exclusão de alunos/as nas aulas de educação física possui um longo passado, o qual se manteve no século XX, e ainda há resquício nos dias de hoje.

Sabe-se que a cultura da EF nas escolas às vezes acaba sendo excludente, e essa é uma grande dificuldade de muitos/as educadores/as ao realizar o planejamento das aulas, pois se deparam com as resistências nas adaptações das atividades dos/as alunos/as que

não têm deficiência. Verificamos isso na fala de (M) *“os maiores é que tem mais resistência, os pequenos tratam tranquilamente, se adaptam às atividades[...] a Educação física é muito voltada para a competição”*. Esta fala vai ao encontro do trabalho de Conceição et al. (2013) onde também foi destacado, por alguns/as professores/as, que a inclusão é mais fácil de trabalhar com os/as alunos/as enquanto são pequenos/as, a partir do momento em que vão crescendo, se torna mais difícil.

Interessante observar que as crianças menores têm mais facilidade de lidar com a inclusão, visto que tratam com mais naturalidade a diversidade, demonstram que quando pequenas ainda desconhecem a existência do “padrão de normal” que a sociedade estabelece entre os indivíduos, mas com o passar dos anos esses/as alunos/as acabam adquirindo a cultura de que os “anormais” devem ser excluídos. Mas é importante destacar que essa resistência na aceitação da inclusão, esse perfil não é somente dos/as estudantes, pois até alguns/as professores/as têm dificuldades em aceitá-los/as, como relatado na fala de (M) *“na escola tem alguns colegas que não concordam [...] de que alguns alunos não deveriam estar estudando aqui, mas deveriam estar em uma escola especial”*. Portanto, percebe-se que não são somente os/as estudantes que têm dificuldade de lidar com a inclusão, mas também há professores/as que ainda pensam na ideia de que estudantes com deficiência devem estar numa escola especial, ou seja, ainda estão voltados para um modelo de segregação.

Outro ponto que emergiu das entrevistas é: como realizar os jogos, os esportes, visto que há uma cultura esportiva muito forte na EF? Para (G) a estratégia utilizada nos jogos em grande grupo, *“é de que eles têm de saber lidar com a derrota e a vitória [...] tem atividades que eles realizam sozinhos, porque eles gostam de um momento só deles”*; Já a fala de (F) *sempre procuro fazer, trazer as duas realidades [...] sempre procuro variar bastante, tênis de mesa adaptado e o não adaptado*; a de (M) *o foco da aula não é ganhar, não é competir[...] o que a gente procura colocar é que é importante que todos aprendam a jogar, aprendam a conviver, então a gente faz revezamento, não faz as mesmas equipes*.

Segundo Pereira (2012) os/as professores/as devem ter cuidado com a prática de esportes competitivos, pois pode criar resistências à inclusão dos/as alunos/as com deficiência, visto que nesse caso, são encarados/as como menos capazes para um bom desempenho numa competição. A EF tem um importante papel nas escolas, que é educar através do esporte, buscando a inclusão, a cooperação e o envolvimento de todos/as independentemente da capacidade e habilidade de cada aluno/a. Para que isso aconteça, entende-se

que é necessário repensar algumas práticas e concepções tradicionais da educação física que priorizam a competição e o rendimento, dando ênfase ao movimento mecânico. Estas perspectivas desconsideram a singularidade e integralidade de cada sujeito, que possui experiências de movimentos marcadas pela sua condição corporal e funcional e que pode vivenciar uma série de barreiras devido à sua inserção em locais que não valorizam e respeitam a diversidade.

Apesar das mudanças do papel da educação física dentro das escolas, atualmente ainda há uma cultura desportiva e competitiva muito forte nas propostas curriculares da EF, o que pode dificultar a inclusão, como aponta Rodrigues (2003). O autor ainda complementa que a maioria das atividades propostas nas aulas são realizadas na base de culturas competitivas, seriais e meritocráticas. Como na fala de (M) *“a EF é muito voltada para a competição [...] então isso prejudica, portanto acho que o principal é formar pessoas que possam cooperar um com o outro”*. Logo, quando se utiliza desses costumes dentro da escola, a lógica vai de encontro do que seria incluir, pois provavelmente apenas alguns os/as alunos/as serão capazes de competir e aqueles/as que apresentam dificuldades ficarão excluídos/as, pois são julgados/as como “incapazes”.

Infelizmente, ainda há muitos acontecimentos desse tipo nas escolas, mesmo antes das propostas de inclusão de alunos/as com deficiência na escola regular. Esta cultura perpassa também o/a docente, pois os/as estudantes acabam tendo esses costumes como parte integrante da disciplina, portanto, muitas vezes o/ professor/a se depara com algumas dificuldades, como a resistências nas adaptações das atividades dos/as alunos/as que não têm deficiência ou a não aceitação de atividades que não sejam os esportes competitivos.

Neste caso, as barreiras são muitas, e para lidar com elas os/as docentes devem buscar apoio da direção da escola e da comunidade escolar, e em documentos que visam subsidiar e orientar essa disciplina, assim como os PCNs (Brasil, 1998, p.19) que propõem como princípio básico a necessidade das aulas serem dirigidas a todos/as os/as alunos/as:

A sistematização dos objetivos, conteúdos, processos de ensino e aprendizagem e avaliação tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimentos, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas. Busca-se reverter o quadro histórico de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência.

Portanto, é através desses documentos que possibilitam a reflexão e até mesmo mudanças na promoção de práticas mais efetivas e menos excludentes. De acordo com a Revista Nova Escola (1999), as crianças com deficiência quando convivem com outras crianças, podem obter diferentes benefícios como: adquirem experiência direta com a variedade das capacidades humanas; ficam melhor preparadas para a vida adulta em uma sociedade diversificada; entendem que são diferentes, mas não inferiores, entre outros. Assim como os/as alunos/as com deficiência se beneficiam, os/as alunos/as sem deficiência também se favorecem, pois: desenvolvem a cooperação e a tolerância; são melhor preparados/as para a vida adulta, porque desde cedo assimilam que as pessoas, as famílias e os espaços sociais, não são homogêneos e que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano, entre outros fatores.

De acordo com Darido et al. (2001) o/a professor/a deveria chamar atenção para a diversidade dos/as estudantes, assim como as habilidades motoras, capacidades físicas, cognitivas, afetivas e sociais. Explicar que todos/as na escola têm o mesmo direito de educação e de movimento, mas nem por isso devem ser iguais. Entende-se que promover a inclusão requer mais trabalho e cuidado, apesar disso, os/as professores/as devem se esforçar, pois essa temática possibilita trabalhar a convivência e promover o respeito com a diversidade, para que futuramente a sociedade possa saber conviver melhor com a diferença.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos/as com deficiência na escola regular é uma demanda que vem crescendo diariamente, e diante disso, o objetivo deste trabalho foi analisar as práticas pedagógicas de Professores/as de Educação Física que ministram aulas para estudantes com deficiência na escola regular; identificar os aspectos facilitadores e entraves para a atuação destes/as profissionais; conhecer as diferentes adaptações e estratégias utilizadas por estes/as professores/as; verificar quais programas de formação compõem a trajetória dos/as participantes da pesquisa, voltados para o preparo dos/as profissionais que trabalham com a inclusão educacional de alunos/as com deficiência.

A partir das análises das informações pode-se destacar que os/as educadores/as planejam e realizam suas aulas de maneiras distintas. Buscam adaptá-las com diferentes estratégias para que os/as alunos/as com deficiência possam realizar as mesmas tarefas que os/as alunos/as sem deficiência, procurando assim promover a inclusão. No entanto, apesar de, na maioria das vezes, elaborarem atividades adaptadas, foi possível observar que nem sempre os/as educadores/as planejam propostas para que toda a turma participe, o que, juntamente com outras questões, pode provocar dúvidas quanto ao que de fato significa incluir. Pode-se pensar que, ao realizar atividades separadas, os/as professores/as podem estimular o desenvolvimento das habilidades motoras e cognitivas dos/as alunos/as com deficiência. Portanto, pensar em inclusão vai além de simplesmente adaptar e criar estratégias, porque é necessário que esses/as estudantes, em alguns momentos, realizem atividades que possam desenvolver sua singularidade e busquem eliminar as barreiras que impedem sua participação plena, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Apesar da importância de adaptar e pensar em estratégias para a inclusão educacional e eliminar barreiras como as arquitetônicas e atitudinais (preconceitos de outras crianças e professores/as, conforme relatado nas entrevistas), estas demandas não podem ser consideradas uma responsabilidade única e exclusivamente dos/as professores/as, mas da comunidade escolar como um todo.

Estes/as profissionais, quando se depararam com as dificuldades em lidar com a inclusão no ensino regular, buscaram a qualificação, a formação por conta própria, e também relataram que muitas vezes é com a prática, no dia a dia que eles/elas vão aprendendo a lidar com tais dificuldades. Além disso, foi possível observar que os/as docentes têm diferentes concepções sobre o significado da inclusão, assim como apontado na literatura,

onde ainda não há um consenso ou uma definição exata, entretanto, todos/as os/as entrevistados/as parecem concordar com a sua importância no contexto escolar para promover uma educação de qualidade para todos e todas. Nesse sentido, ressaltamos o quanto são importantes as políticas de inclusão e o investimento em formações como formas de oferecer subsídios para orientar estes/as professores/as na promoção de uma educação inclusiva de qualidade.

Também foi possível observar que a cultura da Educação Física, muitas vezes ainda é majoritariamente competitiva dentro das escolas, embora não seja esta a proposta legislativa. Essa maneira de abordar e de pensar a educação física acaba favorecendo a exclusão, não somente dos/as estudantes com deficiência, mas também daqueles/as considerados menos capazes, que não se enquadram no padrão competitivo. Sendo assim, pensar a partir de uma perspectiva de educação inclusiva, possibilita reformular este modo de compreender a educação física para além do esporte competitivo, de modo a incluir e valorizar a diferença.

Diante desta nova demanda que vem acontecendo nas escolas regulares, é importante mencionar a relevância de cursos de formação que abordem em sua ementa discussões sobre a inclusão educacional, como, por exemplo, a proposta de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE/UFSC) que traz, pela primeira vez nesta edição, a abordagem de questões relacionadas à deficiência. Cursos como esse, possibilitam que os/as professores/as estejam mais preparados e mais conscientes sobre a inclusão no âmbito escolar. Além disso, os cursos de formação, podem potencializar a prática destes/as professores/as e evitar que eles/as tenham que resolver as dificuldades e todas as barreiras (atitudinais, arquitetônicas, entre outras) sozinhos/as, porque a perspectiva da inclusão requer a reformulação da sociedade como um todo.

Quanto às limitações da pesquisa, foi o pouco tempo para elaborá-la. Sendo assim, sugerimos mais estudos no âmbito da inclusão educacional de estudantes com deficiência na Educação Física; talvez uma pesquisa com um número maior de participantes. Seria interessante investigar aqueles/as que estão vivenciando o processo da inclusão educacional, tanto os/as profissionais da educação quanto os/as alunos/as, para saber deles/as como vem acontecendo e quais as suas percepções, entre outros aspectos. Com este trabalho esperamos contribuir para a literatura referente à inclusão educacional, especialmente no que se refere à inclusão de estudantes com deficiência na educação física, visto que é uma demanda que está a cada dia mais presente no âmbito escolar.



## REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.S; DUARTE, E. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.11, n.2, p.223-240, Mai.-Ago. 2005.

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? In: Fávero, O. et al. (org). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 11 – 23.

\_\_\_\_\_. **O que significa inclusão?** Entrevista disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees\\_a.php?t=002](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees_a.php?t=002)> Acesso em: 16 set.2016.

ALVES, D. O. Inclusão escolar de alunos com deficiência: expectativas docentes e implicações pedagógicas. In: Inclusão – **Revista da Educação Especial**. Dezembro, 2006, p. 03.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BELL, J. **Projeto de Pesquisa: Guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: SEESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: educação física / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CAPELLINI, V. L. M. F; RODRIGUES, O. M. P. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 355-364, set. /dez. 2009.

CARMO, A. A. **A atividade motora adaptada e Inclusão escolar: caminhos que se cruzam**. In: **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. Organizador David Rodrigues. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

CHICON, J.F. Inclusão e Exclusão no Contexto da Educação Física Escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 13-38, janeiro/abril de 2008.

CIDADE, R.E.; FREITAS, P.S. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores**. Uberlândia: Breda, 1997.

CONCEIÇÃO, V.J. S.; KRUG, H. N; VENSON, E. Mobilizando saberes docentes na educação física escolar: a construção do conhecimento sobre inclusão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 46, p. 465-484, maio/ago. 2013.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, 2008. 4ª Ed., rev. e atual. **Brasília: Secretaria de Direitos Humanos**, 2010. 100p.

CRUZ, G. C.; et al. Ambientes Inclusivos em aulas de Educação Física: Um Diálogo entre escolas Especial e Regular. In: Rosângela Marques Busto...et al. (org). **Esporte, reabilitação e Educação Física Inclusiva na Qualidade de vida de pessoas com deficiência**. Londrina: EDUEL,2009. p.161-174.

DARIDO, S. C.; et al. A Educação Física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais. **Rev. paul. Educ. Fís.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 17-32, jan./jun. 2001.

DUARTE, E.; SANTOS, T. P. Adaptação e inclusão. In: DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais. Experiências e intervenções pedagógicas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p. 93-99.

FÁVERO, O.; FERREIRA, W.; IRELAND T.; BARREIROS, D. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

FERREIRA, E.L.; CATALDI, C. L. Implantação e implementação da Educação Física inclusiva. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 48, p. 79-94, jan./abr., 2014.

FIORINI, M.L.S; MANZINI, E.J. Inclusão de Alunos com deficiência na aula de educação física: Identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Rev. Bras. Ed. Esp., Marília**, v. 20, n. 3, p. 387-404, Jul.-Set., 2014.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2009.

FREIRE S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Vol. XVI, nº 1, 2008.

GESSER M.; NUERNBERG A.H. A Inclusão de estudantes com deficiência nos diferentes níveis de ensino: um desafio ético e político. In: **Especialização EaD em Gênero e diversidade na escola** - Livro V – Módulo V e VI. Deficiência e Inclusão. Florianópolis: Copyart, 2016.

LEVY, G. C. T.M; FACION, J.R. O papel do professor na educação inclusiva. In: FACION, J.R. (org.). **Inclusão escolar e suas implicações**. 2ªEd. Curitiba: Editora EB-PEX, 2008.

MELO, A. C.R.; MARTINEZ, A. M. As principais tendências pedagógicas da educação física e sua relação com a inclusão. **Conexões**: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 10, n. 2, p. 180-195, maio/ago. 2012.

MUNSTER, M.A.V.; ALMEIDA, J. J.G. Um olhar sobre a inclusão de pessoas com deficiência em programas de atividade motora: do espelho ao caleidoscópio. In: **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. Organizador David Rodrigues. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

NEGRINE, A. instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: MOLINA NETO, V; TRIVINOS, A. N. S. **A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial sobre a Deficiência. Trad Lexicus Serviços Linguísticos – São Paulo. SEDPCD: São Paulo, 2011, 358 p.

PEREIRA, I.B. Educação física adaptada a estudantes com necessidades educativas especiais. Projeto de Pesquisa do Trabalho de Conclusão da Universidade de Brasília, 2012, GO.

REVISTA NOVA ESCOLA. Inclusão: uma utopia do possível, n.123, p.14-17, 1999.

RODRIGUES, D. A Educação Física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **R. Da Educação Física/UEM** Maringá, v. 14, n. 1, p. 67-73, 1. Sem. 2003.

SALERNO, M.B. **Interação entre alunos com e sem deficiência na educação física escolar: Validação de Instrumento**. 2009, 125p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SASSAKI, R.K. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**, 2005. Disponível em: <<https://acessibilidadecultural.files.wordpress.com/2011/09/terminologia-sobre-deficicia-na-era-da-inclusao.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão consultor e autor de livros de inclusão social. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 57, p. 8-16, jul./ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Entrevista especial à Revista Integração. **Revista Integração**. MEC: Brasília, v.8, n. 20, p.09-17, 1998.

SELAU, B. **Inclusão na sala de aula**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2007.

SEABRA JÚNIOR, L. **Inclusão, necessidades especiais e educação física: considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar**. 2006, 111p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2006.

SILVA, R.F.; JÚNIOR, L. S.; ARAÚJO, P. F. **Educação Física Adaptada no Brasil: Da história à inclusão Educacional**. São Paulo: Phorte, 2008.

TEIXEIRA, R. G; ZINGANO E.M. A importância da inclusão da criança autista nas aulas de educação física e seu impacto no desenvolvimento motor. Trabalho apresentado para a Conclusão da Especialização na Uniasselvi, Porto Alegre, 2015.

TENENTE, L. Total de alunos especiais em escolas comuns cresce 6 vezes em 10 anos. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/total-de-alunos-especiais-em-escolas-comuns-cresce-6-vezes-em-10-anos.ghtml>>. Acesso em: 25 de jul. 2016.

UNIASSELVI. **Aspectos Necessários para Construir uma Escola Inclusiva**. Educação Especial e Inclusão Escolar. Apostila Pós-graduação, Porto Alegre, 2015.

VITAL, R.G. Inclusão educacional: análise da prática pedagógica nas aulas de educação física. Monografia apresentada ao Programa da Universidade de Brasília, 2012, RO.

ZOBOLI, F.; BARRETO, S. J. A corporeidade como fator de inclusão das pessoas em condição de deficiência. In: **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. Organizador David Rodrigues. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

## APÊNDICE – A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Para melhor cumprir os objetivos do estudo, o instrumento que se propõe trata-se de um roteiro com uma série de perguntas “instigadoras” que visa estabelecer uma conversa, uma aproximação com o tema da pesquisa.

- 1) Poderia fazer uma breve apresentação, nome, quanto tempo trabalha com Educação Física?
- 2) O que você entende e/ou pensa sobre inclusão?
- 3) Comente se a comunidade escolar (professores, diretores, alunos e pais) desenvolvem algum projeto, discussões que visam desenvolver a inclusão na sua escola?
- 4) Poderia comentar se desde a sua graduação até o momento, teve cadeiras, cursos, voltados para a formação, uma preparação para trabalhar com crianças com deficiência? Qual a sua opinião sobre?
- 5) Que estratégias você utiliza para promover a integração dos alunos com deficiência com os demais?
- 6) Cita quais as maiores dificuldades em promover a inclusão nas aulas práticas?
- 7) Comente que tipo de estratégias e adaptações costuma utilizar no planejamento das atividades?
- 8) Se tinha interesse em trabalhar com crianças com deficiência ou foi uma demanda que apareceu espontaneamente a partir da inclusão?
- 9) Se já tinha trabalhado ou se tinha contato com a deficiência anteriormente ao trabalho atual.
- 10) Há alguma questão que você gostaria de assinalar sobre a temática da pesquisa, que não foi abordada no roteiro de entrevista? E se tivesse que dar um “recado” para os futuros professores que venham a trabalhar com a inclusão, o que você diria?

## **APÊNDICE – B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Sou Marinês Matter de Souza, aluna de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Estou lhe convidando para participar da pesquisa sobre o tema “Inclusão na Educação Física” cujo objetivo geral é analisar a prática pedagógica de Professores de Educação Física que ministram aulas para crianças com deficiência e sem deficiência na mesma turma.

Por favor, leia com atenção as informações descritas abaixo:

Ao participar desta pesquisa, você responderá a uma entrevista, contendo questões sobre o assunto da pesquisa. A entrevista será gravada, transcrita e, após, ser-lhe-á devolvida para análise, na perspectiva de que se achar necessário fazer alterações ou até mesmo em optar por não divulgar alguma informação que foi dita durante a entrevista.

Você tem a liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Todas as informações sobre a identidade das entrevistadas serão preservadas e identificadas com um código e não com o nome, sendo de conhecimento somente dos proponentes da pesquisa, assegurando sua privacidade. Cabe destacar também, que as informações da escola não vão ser correlacionadas com a instituição.

Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto, entretanto, esperamos que sua participação contribua com informações importantes que poderão acrescentar elementos à literatura, pois o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

Você não terá nenhum tipo de despesa ao participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar. Não assine este termo se ainda tiver dúvida a respeito. Se estiver seguro, preencha, por favor, os itens que seguem:

Confirmando que recebi cópia deste Termo de Consentimento, e autorizo a utilização das informações por mim fornecidas, bem como a divulgação dos dados obtidos neste estudo. Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Para eventuais dúvidas ou esclarecimentos, o contato pode ser feito através do telefone (51) 97962207, com Marinês Matter de Souza a qualquer momento antes,

durante ou depois da sua participação na pesquisa. Cabe destacar que você pode solicitar o acesso aos resultados da pesquisa.

\_\_\_\_\_ / / \_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa Data

\_\_\_\_\_ / / \_\_\_\_\_  
Assinatura da acadêmica Data

\_\_\_\_\_ / / \_\_\_\_\_  
Assinatura da orientadora Data